

Boucinhas, Campos & Conti
Auditores Independentes

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da
Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A.
Vassouras - RJ

1. Examinamos as demonstrações financeiras da Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

7. Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

8. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 25 de março de 2011, que não conteve nenhuma modificação.

Vassouras - RJ, 09 de março de 2012

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditors Independentes S/S
CRC-SP-5.528/O-S-RJ



Antonio Carlos de Oliveira Pires
Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ

Baudouin Campos & Conti
Auditoria Independente S/S

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2011

IFRS

Balanco Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.829	1.711
Aplicações financeiras	5	8.401	1.442
Contas a receber	6	3.413	3.107
Créditos com partes relacionadas	7	-	5.378
Despesas antecipadas	8	513	525
Outros créditos	9	807	289
Total do ativo circulante		14.963	12.452
Não circulante			
Depósitos judiciais	10	-	134
Adiantamento a fornecedores	11	1.341	1.453
Intangível	12	186.005	127.550
Diferido	13	4.856	6.616
Total do ativo não circulante		192.202	135.753
Total do ativo		207.165	148.205
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	1.416	832
Empréstimos e financiamentos	15	261	70.242
Obrigações tributárias	16	555	566
Obrigações sociais	17	667	831
Dividendos a pagar		1.172	-
Dividas com pessoas ligadas	18	56.705	2.057
Outras exigibilidades		138	360
Total do passivo circulante		60.914	74.888
Não circulante			
Provisão para contingência	10	392	-
Empréstimos e financiamentos	15	68.597	-
Total do exigível a longo prazo		68.989	-
Patrimônio líquido			
Capital social	19	73.500	73.500
Reserva de Lucros		3.762	-
Prejuízos acumulados		-	(183)
Total do patrimônio líquido		77.262	73.317
Total do passivo e patrimônio líquido		207.165	148.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2011
Demonstração de Resultado do Exercício
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

IFRS

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita operacional líquida	20	58.090	52.340
Receita de construção - ativos da concessão	20	79.773	42.244
		<u>137.863</u>	<u>94.584</u>
Custo operacional	21		
Conservação de rodovias		(6.802)	(9.087)
Custo de construção – ativos de concessão		(79.773)	(42.244)
Operação de rodovias		(16.363)	(15.032)
Monitoramento		(311)	(244)
Amortização		(8.572)	(7.582)
		<u>(111.821)</u>	<u>(74.189)</u>
Lucro bruto		<u>26.042</u>	<u>20.395</u>
Despesas operacionais	21		
Despesas com pessoal	22	(3.036)	(3.911)
Despesas administrativas		(5.474)	(3.920)
Constituição de provisão para contingência		(727)	
Amortização		(3.087)	(3.516)
Outras receitas operacionais		20	-
		<u>(12.304)</u>	<u>(11.347)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>13.738</u>	<u>9.048</u>
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		829	303
Despesas financeiras		(7.963)	(5.872)
		<u>(7.134)</u>	<u>(5.569)</u>
Lucro antes dos impostos		<u>6.604</u>	<u>3.479</u>
Imposto de renda e contribuição social	24	(1.734)	(931)
Imposto diferido	24	247	-
		<u>(1.487)</u>	<u>(931)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>5.117</u>	<u>2.548</u>
Lucro líquido básico por ação - em reais	25	<u>0,0696</u>	<u>0,0347</u>
Quantidade de ações		<u>73.500</u>	<u>73.500</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2011 IFRS

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Boucinha Campos & Conti
Auditores Independentes S/S

	Capital social	Reservas de lucro			Prejuízos acumulados	Total
		Legal	Lucros retidos	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2009	59.000	-	-	-	(2.731)	56.269
Aumento de capital	14.500	-	-	-	-	14.500
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.548	2.548
Saldos em 31 de dezembro de 2010	73.500	-	-	-	(183)	73.317
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.117	5.117
Destinação proposta do resultado do exercício:						
Constituição de reserva legal	-	247	-	247	(247)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(1.172)	(1.172)
Reserva de retenção de lucros	-	-	3.515	3.515	(3.515)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	73.500	247	3.515	3.762	-	77.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Boucinhas, Campos & Conti
Auditores Independentes S/S

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base -31/12/2011
Demonstração do Fluxo de Caixa
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

IFRS

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais		
Resultado do exercício antes dos tributos	6.604	3.479
Amortização	11.659	11.098
Provisão para contingência	727	-
Resultado na venda de imobilizado	(20)	-
Contas a receber de clientes	(306)	(664)
Outros ativos de curto prazo	800	608
Fornecedores	232	(809)
Obrigações tributárias	(224)	(439)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.732)	(931)
Contas a pagar c/ partes relacionadas	55.099	743
Outros passivos de curto prazo	(274)	(18)
	<u>72.565</u>	<u>13.067</u>
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento		
Adições ao ativo intangível	(63.964)	(25.233)
Outras atividades de investimento	(139)	(41)
	<u>(64.104)</u>	<u>(25.274)</u>
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		
Aumento de Capital	-	14.500
Captação de empréstimos	72.698	28.721
Pagamento de empréstimos	(74.080)	(30.482)
	<u>(1.383)</u>	<u>12.739</u>
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>7.078</u>	<u>532</u>
Saldo anterior de caixa e equivalente de caixa	3.152	2.620
Saldo atual de caixa e equivalente de caixa	10.230	3.152
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>7.078</u>	<u>532</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Boucinhas, Campos & Conti
Auditor Independente S/S

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2011 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receitas		
Venda de serviços	63.591	57.299
Outras receitas	59	-
Receitas de construção	79.773	42.244
	<u>143.423</u>	<u>99.543</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(23.476)	(24.363)
Custo de construção	(79.773)	(42.244)
Materiais, energia, serviços e outros	(6.240)	(3.920)
	<u>(109.489)</u>	<u>(70.527)</u>
Valor adicionado bruto	33.934	29.016
Retenções		
Amortização	(11.659)	(11.098)
Valor adicionado líquido	22.275	17.918
Valor recebido em transferência		
Receitas financeiras	829	304
Valor adicionado total a distribuir	<u>23.104</u>	<u>18.222</u>
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	1.828	2.309
Benefícios	277	256
F.G.T.S.	232	267
Outros	699	1.080
	<u>3.036</u>	<u>3.912</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	3.808	3.025
Municipais	3.180	2.865
	<u>6.988</u>	<u>5.890</u>
Juros e aluguéis		
Juros	7.963	5.872
Remuneração do capital próprio		
Lucro do exercício	5.117	2.548
	<u>23.104</u>	<u>18.222</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL:

A Companhia, inicialmente denominada RODOVIA DO AÇO S/A, foi constituída sob a forma de sociedade anônima, criada em março de 2008, e tem como atividade principal a exploração da infra-estrutura rodoviária federal, sob o regime de concessão, do lote 3 da fase 2 do Ministério dos Transportes do programa de concessões de rodovias. A Companhia obteve a concessão, pelo prazo de 25 anos, mediante licitação pública. O objeto da concessão é a recuperação, melhoramento, manutenção, operação e duplicação de alguns trechos da BR 393, com extensão de 200,4 km, mediante a cobrança de tarifas de pedágio.

Outras atividades podem ser exercidas, a exemplo a exploração da faixa de domínio; como o aluguel de espaço para publicidade, passagem de cabos de fibra óptica e distribuição de panfletos, que serão consideradas sob o título de Receitas Acessórias e o resultado dessas é levado à modicidade tarifária. As atividades são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A Companhia iniciou a cobrança de pedágio da sua primeira praça situada no município de Paraíba do Sul, no dia 05/03/09, a segunda praça de pedágio, situada no município de Sapucaia, iniciou a cobrança no dia 30/04/09 e a terceira e última, praça situada no município de Barra do Piraí, no dia 05/07/09, com tarifa idêntica para essas praças de pedágio, de R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos) e cobrança bidirecional. Em 05/03/2011 a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, por meio da Resolução nº 3.638 de 24/02/2011 autorizou o reajuste da tarifa de pedágio para R\$ 4,10 (quatro reais e dez centavos) nas mesmas condições operacionais.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas com a observância das disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidades com as normas específicas emanadas pela Comissão de Valores Imobiliários – CVM.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

3.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2011 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos

para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infra-estrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Relatório das Demonstrações Financeiras
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Data-Base – 31/12/2011

IFRS

3.3 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis. Não há, em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, instrumentos financeiros derivativos. Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras
Notas Explicativas

Data-Base – 31/12/2011

IFRS

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido). E este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras
Notas Explicativas

Data-Base – 31/12/2011

IFRS

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.5 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, nas datas do balanço, ativos intangíveis internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras
Notas Explicativas

Data-Base – 31/12/2011

IFRS

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. O ativo intangível reconhecido na data 01 de janeiro de 2009 que teve como origem o ativo imobilizado registrado desde o início da concessão, e está demonstrado ao custo de aquisição ou construção.

O critério definido para amortização é com base no prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.6 Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2011 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	3,00%
PIS – Programa de Integração Social	0,65%
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4,87%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2011 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

3.7 Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a determinação de vida útil econômica do ativo intangível; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; provisão para manutenção dos ativos de concessão; análise de sensibilidade de instrumentos financeiros e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3.8 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

3.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com

ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

3.10 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para manutenção dos ativos de concessão

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é, progressivamente, registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

3.12 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

3.13 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2013 ou em fase de discussão. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

- **IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração** - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- **IFRS 06 (CPC 34) Exploração de recursos minerais** - Este Pronunciamento Técnico tem por objetivo específico o tratamento das informações contábeis relacionadas com a exploração (no sentido da prospecção) e avaliação de

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Data-Base – 31/12/2011

IFRS

recursos minerais, realizadas a partir da aquisição do direito legal de exploração até a constatação da viabilidade técnica e comercial do empreendimento, em cada área específica de exploração. O Pronunciamento está em fase de revisão no IASB.

- **IAS 29 (CPC 42) Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária** - Esta é mencionada nas normas que se referem à situação de alta inflação, com a técnica da correção integral, para as situações de investidas em países com alta inflação. O Pronunciamento está em fase de revisão no IASB.

E ainda existem assuntos contábeis de interesse brasileiro que não interferem nas normas internacionais. Estes Pronunciamentos já estão substancialmente desenvolvidos, aguardando discussão com reguladores (Comissão de Valores Mobiliários – CVM), que são os seguintes:

- **Combinação de Demonstrações Contábeis (CPC 44)** – As demonstrações contábeis combinadas representam a aglutinação de demonstrações contábeis individuais de determinadas entidades, todas sob controle ou administração comum.
- **Demonstrações Contábeis Pró-forma (OCPC 06)** – Este Procedimento estabelece os critérios para compilação, elaboração e formatação de Informações Financeiras *Pro forma* que só podem ser apresentadas quando assim forem qualificadas e desde que o propósito seja devidamente justificado em nota explicativa, como, por exemplo, em casos de reestruturações societárias, aquisições, vendas ou cisões de negócios.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

NOTA 4 – JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Relatório das Demonstrações Financeiras

Data-Base – 31/12/2011

IFRS

Notas Explicativas

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 não existiam incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A existência de incerteza poderia requerer a constituição de provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Ativo Fiscal Diferido

O método para apuração e contabilização do IRPJ e CSLL passivos é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o

valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL acumulados. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de impairment, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de exploração da infra-estrutura rodoviária federal, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de exploração da infra-estrutura rodoviária, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Boucinhas, Campos & Conti
Auditor Independente S/S

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2011 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

concessão. Neste ponto, foi adotada pela Administração a premissa de indenização contratualmente.

NOTA 5 – DISPONIBILIDADES:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.829	1.711
Aplicações financeiras	8.401	1.442
	<u>10.230</u>	<u>3.153</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários – CDB junto ao Banco Bradesco S/A.

NOTA 6 – CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 os valores a receber de administradoras de cartões pós e pré-pagos são assim representados:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
DBTRANS	226	310
VISA	127	85
CGMP – Pedágio Eletrônico	3.060	2.712
	<u>3.413</u>	<u>3.107</u>

NOTA 7 – CRÉDITOS COM PARTES RELACIONADAS:

As transações com partes relacionadas se referem a transações de compra de serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como obras previstas no cronograma de investimentos, sendo que os valores contratados estão vinculados ao contrato original de concessão, conforme descrito na nota explicativa nº 18.

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Acciona Infraestruturas S.A.	-	5.378

NOTA 8 – DESPESAS ANTECIPADAS:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Despesas antecipadas - amortização de até 1 ano		
Despesas com seguros a apropriar	459	402
Outras despesas a apropriar	54	123
	<u>513</u>	<u>525</u>

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2011 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

NOTA 9 – OUTROS CRÉDITOS:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Tributos retidos a recuperar	799	188
Outros créditos	8	101
	<u>807</u>	<u>289</u>

NOTA 10 – PROVISÃO PARA RISCOS CIVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião

de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para contingências são suficientes para cobrir perdas prováveis, como demonstradas abaixo:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2011</u>
Processos trabalhistas	-	-	-	-
Processos cíveis	-	727	-	727
Provisão para contingências	-	727	-	727
Depósitos Judiciais	(134)	(201)	-	(335)
	<u>(134)</u>	<u>526</u>	<u>-</u>	<u>392</u>

A Companhia constituiu provisões contábeis para as contingências avaliadas por seus assessores jurídicos como perdas prováveis. Estas contingências envolvem questões cíveis cujo montante, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 392 mil (R\$ 134 mil em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantinha, ainda, em andamento outros processos, cuja materialização, na avaliação dos consultores legais, são classificados como perdas possíveis, no valor aproximado de R\$ 30.000, para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

NOTA 11 – ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES:

Objetivando viabilizar a implantação dos sistemas operacionais e antecipar a aquisição de equipamentos específicos para o desenvolvimento das nossas atividades, realizamos antecipações de recursos aos fornecedores desses itens. Trata-se de sistemas de arrecadação e controle de pedágio, rede de telecomunicação e equipamentos para instalação de duas balanças.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2011 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Indra Steio Sistemas Ltda	772	1.238
Telvent	569	-
Outros	-	215
	<u>1.341</u>	<u>1.453</u>

NOTA 12 – INTANGÍVEL:

Custo	Recuperação da Rodovia	Operação da Rodovia	Ampliação de capacidade	Intangível em andamento	Outros intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2009	26.964	9.563	25.289	31.182	5.648	98.646
Aquisições	22.366	1.290	3.511	18.441	766	46.374
Baixas	(474)	(1.322)	-	-	(67)	(1.863)
Transferência	264	-	-	(2.529)	-	(2.265)
Saldo em 31/12/2010	<u>49.120</u>	<u>9.531</u>	<u>28.800</u>	<u>47.094</u>	<u>6.347</u>	<u>140.892</u>
Aquisições	34.574	4.385	26.700	12.641	1.473	79.773
Baixas	-	(478)	-	(10.776)	(199)	(11.453)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2011	<u>83.694</u>	<u>13.438</u>	<u>55.500</u>	<u>48.959</u>	<u>7.621</u>	<u>209.212</u>
Amortização						
Saldo em 31/12/2009	(1.635)	(309)	(883)	-	(1.276)	(4.103)
Amortização	(4.135)	(1.271)	(2.194)	-	(1.676)	(9.276)
Baixas	-	17	-	-	20	37
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2010	<u>(5.770)</u>	<u>(1.563)</u>	<u>(3.077)</u>	<u>-</u>	<u>(2.932)</u>	<u>(13.342)</u>
Amortização Reversão de Amortização	(4.350)	(1.488)	(2.423)	-	(1.639)	(9.900)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	35	35
Saldo em 31/12/2011	<u>(10.120)</u>	<u>(3.051)</u>	<u>(5.500)</u>	<u>-</u>	<u>(4.536)</u>	<u>(23.207)</u>
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2009	25.329	9.254	24.406	31.182	4.372	94.543
Saldo em 31/12/2010	<u>43.350</u>	<u>7.968</u>	<u>25.723</u>	<u>47.094</u>	<u>3.415</u>	<u>127.550</u>
Saldo em 31/12/2011	<u>73.574</u>	<u>10.387</u>	<u>50.000</u>	<u>48.959</u>	<u>3.085</u>	<u>186.005</u>

"Teste de Impairment" - Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Data-Base – 31/12/2011

IFRS

recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração).

Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia, em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuou teste de recuperação, e não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação em 31 de dezembro de 2011.

NOTA 13 – DIFERIDO – GASTOS PRÉ-OPERACIONAIS:

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para a equalização da necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Esses gastos foram mantidos conforme facultado pela Lei nº 11.941/09. Os gastos pré-operacionais que ocorreram ainda em 2009 foram diretamente alocados ao resultado da Companhia. O saldo de 31 de dezembro de 2008 está sendo amortizado linearmente a partir de março de 2009 (início das operações), com base na taxa anual de 20%.

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Administração	4.687	4.687
Fiscalização da Concessão	1.089	1.089
Financeiras	540	540
Apoio a Gestão	1.049	1.049
Consultoria	210	210
Outros	2.266	2.266
Sub Total	<u>9.841</u>	<u>9.841</u>
Amortização acumulada	<u>(4.985)</u>	<u>(3.225)</u>
Total	<u>4.856</u>	<u>6.616</u>

Organização e administração - referem-se a gastos com folha de pagamento, honorários de diretoria, aluguel do imóvel sede, despesas com água, luz e telefone, despesas de viagens e outras.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2011 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Fiscalização da Concessão - referem-se a gastos com o poder concedente para fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais da Concessionária.

Financeiras - referem-se aos juros incorridos no período decorrentes dos empréstimos junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento e BES – Banco do Espírito Santo para financiar as obras iniciais e emergenciais estabelecidas pelo contrato de concessão.

Apoio a Gestão - referem-se, basicamente, a gastos com empresas terceirizadas, que auxiliaram na implantação e operação da concessionária.

Consultoria e outros - referem-se, a gastos com estudos sobre a viabilidade da concessão.

A Companhia, em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos efetuou teste de recuperação nos valores registrados como ativo diferido. Com base nos estudos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

NOTA 14 – FORNECEDORES:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
CSP Soluções	269	221
SMR Resgate e Saúde	240	136
ANTT	144	-
ABCR	83	-
Ticket Serviços S.A.	72	-
Adapteç Eng de Veículos	67	-
Bradesco Saúde	53	-
Maranhão Engenharia	52	-
Kyocera	50	-
Sincrod	46	-
Savon Ind e Com	35	-
Mapfre Seguradora		105
Outros	305	370
	<u>1.416</u>	<u>832</u>

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Data-Base – 31/12/2011

IFRS

NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:

	<u>"TIR"</u>	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Cédula de Crédito Bancária				
Banco Espírito Santo	11,95% a.a.	2,00% a.a. + CDI	-	8.315
Project Finance				
BNDES	8,97% a.a.	2,58% a.a. + TJLP	70.982	60.923
Leasing				
Banco Bradesco	12,70% a.a.		0	1.178
			<u>70.982</u>	<u>70.416</u>
Encargos sobre empréstimos			<u>(2.124)</u>	<u>(174)</u>
Saldo líquido			<u>68.858</u>	<u>70.242</u>
Passivo circulante			<u>(261)</u>	<u>(70.242)</u>
Passivo não circulante			<u>(68.597)</u>	<u>-</u>

Os recursos captados no Banco Espírito Santo e no BNDES tiveram a finalidade de financiar as obras de trabalhos iniciais da rodovia; obras contratualmente obrigatórias para o início da cobrança do pedágio. A alavancagem, em pauta, manteve, por esse período, as despesas pré-operacionais da Companhia e os investimentos necessários no patrimônio do bem concessionado. O BES foi liquidado em 25 de agosto de 2011 e o BNDES foi renegociado de curto para longo prazo.

A Companhia assinou, em 12 de julho de 2011, o contrato de financiamento de longo prazo com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante

de R\$ 352,5 milhões. Estes empréstimos serviu para renegociar a dívida com o próprio BNDES e com o Banco do Espírito Santo e, também, para financiar toda a execução de serviços de recuperação, monitoramento, conservação, operação e melhorias, elaboração dos projetos e ainda, despesas pré operacionais, visando a exploração Lote Rodoviário 3 – trecho de 200 Km da Rodovia BR-393, referente ao Contrato de Concessão de Serviço Público. O financiamento será desembolsado conforme o cronograma de execução da obra.

O empréstimo com BNDES é denominado em moeda nacional, com incidência de juros a taxas iguais a TJLP mais um spread total de aproximadamente de 2,58% a.a. A data para pagamento da primeira parcela do principal está previsto para 15 de abril de 2013.

A operação conta com garantia dos direitos de receitas de exploração da cobrança de pedágio da concessão e ainda conta com penhor de 100 % (cem por cento) das ações ordinárias nominativas, totalizando 73.500 mil, inclusive as futuras subscrições e direitos emergentes da concessão.

Durante a vigência do contrato a Companhia não poderá transferir ações sem a

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2011 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

anuência do BNDES. Adicionalmente não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, de dispositivos que importem em alteração do dividendo mínimo obrigatório para valor superior ao percentual de que trata o inciso 2º do art. 202 da Lei 6.404/76 e nem mesmo distribuir dividendos maior que o mínimo obrigatório.

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
ISS a recolher	286	253
COFINS a recolher	138	152
INSS retido de terceiros	41	50
CSRF de terceiros	28	-
PIS a recolher	30	33
Outras obrigações	32	78
	<u>555</u>	<u>566</u>

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão para férias e 13º salário	345	378
Provisão para encargos s/ férias e 13º salário	127	139
INSS	109	207
Outras obrigações	86	107
	<u>667</u>	<u>831</u>

NOTA 18 – DÍVIDAS COM PESSOAS LIGADAS:

A Companhia Acciona Conceciones, S.L., é controladora indireta da Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A. e fornece serviços administrativos especializados de apoio a gestão e controle.

A empresa Acciona Infraestructuras S/A, acionista majoritária da Companhia, foi contratada para a elaboração das obras de infra-estrutura da rodovia; como a construção das praças de pedágio, a edificações concernentes aos imóveis usados para a prestação do serviço de atendimento ao usuário, sua sede administrativa e aquelas inerentes à própria rodovia como pontes, pavimento, drenagens e outras.

A empresa Rio Paraíba do Sul Serviços Ltda., também constituída majoritariamente pelos seus acionistas controladores, foi contratada em fevereiro de 2010 para prestar serviços de conservação de rotina na rodovia.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras
Notas Explicativas

Data-Base – 31/12/2011

IFRS

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro abaixo e se referem a transações de compra de serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como obras previstas no cronograma de investimentos, sendo que os valores contratados estão vinculados ao contrato original de concessão, e estão em condições normais de mercado, como segue:

	Saldo de fornecedores		Valores acumulados nos trimestres findos em 31/12/2011 e 31/12/2010			
	31/12/2011	31/12/2010	Intangível		Despesas	
			31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Rio Paraíba ²	306	451	-	-	5.710	6.609
Acciona Conceciones ¹	2.993	1.606	-	-	1.738	848
Acciona Infraestructuras	53.406	-	58.745	28.412	-	-
Total	56.705	2.057	58.745	28.412	7.448	7.457

- 1) Despesas com serviços de apoio a gestão e controle
2) Serviços de Conservação de Rotina

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 73.500 mil em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 73.500 mil em 31 de dezembro de 2010) e estão representadas por um total de 73.500 mil ações ordinárias sem valor nominal (73.500 em 31 de dezembro de 2010), totalmente integralizado em moeda corrente do país, assim dividido entre os acionistas:

	31/12/2011	31/12/2010
Acciona Infraestructuras S/A – 76%	55.860	55.860
Acciona Brasil Ltda – 24%	17.640	17.640
	73.500	73.500

- a) Dividendos - Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia está distribuindo dividendos relativos ao exercício de 2011, no valor de R\$ 1.173, sendo R\$ 0,01606 por ação ordinária, cujo o pagamento deverá ser efetuado até 30 de junho de 2012.
- b) Reserva legal - Constituída na proporção de 5% do lucro do período, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social.
- c) Retenção de lucros - É efetuado de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei n.º 6.404/76. Os órgãos da administração poderão propor a retenção de parte dos lucros acumulados. Essa retenção é necessária para a Companhia cumprir as garantias exigidas pelo BNDES, no contrato de empréstimo, que determina que a Companhia não poderá distribuir dividendo maior do que mínimo obrigatório, conforme descrito na nota explicativa n.º 15.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2011 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

NOTA 20 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receitas de arrecadação	63.591	57.299
Impostos incidentes sobre serviços	(5.501)	(4.959)
Receita líquida de vendas	<u>58.090</u>	<u>52.340</u>
Receita de construção - ativos de concessão	79.773	42.244
Receita líquida total	<u>137.863</u>	<u>94.584</u>

NOTA 21 – CUSTOS E DESPESAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Despesas e custos por função		
Custo dos serviços prestados	(111.821)	(74.189)
Despesas operacionais	(12.304)	(11.347)
	<u>(124.125)</u>	<u>(85.536)</u>
Despesas e custos por natureza		
Custo de construção	(79.773)	(42.244)
Custo de serviços prestados	(23.476)	(24.363)
Salários	(3.036)	(3.911)
Amortizações	(11.659)	(11.098)
Gerais e administrativas	(6.181)	(3.920)
	<u>(124.125)</u>	<u>(85.536)</u>

NOTA 22 – DESPESAS COM BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ordenados e salários	(2.695)	(3.306)
Custos de previdência social	(341)	(605)
	<u>(3.036)</u>	<u>(3.911)</u>

A Companhia não concede a seus funcionários benefícios de aposentadoria, pós-emprego, remuneração baseada em ações ou nenhum outro tipo de benefício de longo prazo.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Data-Base – 31/12/2011

IFRS

NOTA 23 – RESULTADOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

O resultado financeiro líquido, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, está assim composto:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	469	197
Outros	360	106
	<u>829</u>	<u>303</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos e capital de giro	(7.963)	(4.931)
Outros	-	(941)
	<u>(7.963)</u>	<u>(5.872)</u>
	<u>(7.134)</u>	<u>(5.569)</u>

NOTA 24 – DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IRPJ E CSLL)

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro antes dos impostos e contribuições	6.604	3.479
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	(2.245)	(1.183)
Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões)		
Compensação de Prejuízos Fiscais	570	358
Adições permanentes, líquidas	162	(121)
Incentivos fiscais: PAT e patrocínio 8.313/91	26	15
Imposto de renda e contribuição social	<u>(1.487)</u>	<u>(931)</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo Circulante		
Sobre diferenças temporárias		
Provisão para contingência		
Imposto de renda diferido	182	-
Contribuição social diferida	65	-
	<u>247</u>	<u>-</u>

Relatório das Demonstrações Financeiras
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Data-Base – 31/12/2011

IFRS

NOTA 25 – LUCRO POR AÇÃO:

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme definido no pronunciamento técnico CPC nº 41, em correlação as normas internacionais de contabilidade - IAS 33.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico por ação:

	<u>31/12/2011</u>	
Quantidades de ações no início do período	73.500	
Quantidades de ações no final do período encerrado em 31/12/2011	<u>73.500</u>	
	31/12/2010	
Quantidade de ações no início do período	59.000	
Aumento de Capital em 02/02/2010	9.000	
Aumento de Capital em 03/05/2010	5.500	
Quantidade de ações no final do período encerrado em 31/12/2010	<u>73.500</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro líquido do período	5.649	2.361
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	<u>73.500</u>	<u>70.350</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Ordinárias</u>
Quantidade ações	73.500	73.500
Lucro por ação	<u>0,0769</u>	<u>0,0336</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

NOTA 26 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES:

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. Nos 12 (doze) meses de 2011, as despesas com esses administradores totalizaram R\$ 1.023 milhões (R\$ 1.315 no mesmo período encerrado de 2010). A AGO - Assembléia Geral Ordinária de 30 de abril de 2010 aprovou a remuneração dos administradores de até no máximo R\$ 1.119 por exercício.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2011 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	31/12/2011	31/12/2010
a) Órgão	Diretoria	Diretoria
b) Número de membros	2	3
c) Segregação da remuneração		
i) Remuneração fixa anual, segregada		
Salário	717	798
Benefícios diretos e indiretos	36	210
ii) Remuneração variável segregada em:		
Bônus	270	307
	<u>1.023</u>	<u>1.315</u>

NOTA 27 – SEGUROS E GARANTIA:

A Companhia mantém contratos de seguros para cobrir eventuais perdas nos seus ativos e garantir as obrigações contratuais perante o Poder Concedente (ANTT), tendo esse como co-segurado.

Descrição	Vigência	Cobertura	Prêmio
Riscos Operacionais	19/04/11 a 19/04/12	31.365	396
Resp. Civil Operações Geral	19/04/11 a 19/04/12	28.800	489
Garantia Contratual	20/03/11 a 20/03/12	34.120	171

NOTA 28 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como disponibilidades, contas a receber e empréstimos e financiamentos, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

NOTA 29 – COMPROMISSOS

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos. O contrato de concessão estabelece metas que deverão ser atingidas no prazo da concessão e o volume de recursos que a Companhia deve investir durante este período. As Referidas obrigações de investimento podem ser divididas nas fases abaixo:

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras

Data-Base – 31/12/2011

IFRS

Notas Explicativas

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Investimentos - R\$ Milhões	Total	2011	2012	2013	2014	2015	2016 a
							2033
Restauração	40.894	18.344	19.306	3.244	-	-	-
Manutenção	261.133	-	-	-	-	-	261.133
Manutenção de Elementos de Pista	77.781	-	-	-	-	-	77.781
Obras de Melhoria e Ampliações	139.448	45.458	52.795	35.840	5.355	-	-
Equipamentos/Sistemas e Veículos	163.884	2.805	4.217	6.963	2.132	2.489	145.278
Projetos	3.790	1.264	500	64	7	15	1.940
Desapropriações	8.157	1.343	1.110	186	-	748	4.770
Total	695.087	69.214	77.928	46.297	7.494	3.252	490.902

Os investimentos a serem realizados serão suportados por aportes de capital próprio, empréstimos de longo prazo a serem realizados pelo BNDES, bem como pela geração de caixa da empresa. À época da licitação do Programa de Concessões Federais, o BNDES informou que apoiaria as Concessionárias, financiando os investimentos dos primeiros anos de exploração das rodovias. Até 31 de dezembro de 2011 os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão, foram integralmente cumpridos.

NOTA 30 – OBJETIVO E POLITICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2011 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém qualquer tipo de Instrumentos financeiros derivativos.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- Aplicações Financeiras – são classificadas como equivalentes de caixa ou valor justo por meio de resultado.
- Empréstimos, Financiamentos CCB – são classificados como mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser relativo às tarifas de ações. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2011

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Data-Base – 31/12/2011

IFRS

ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2011. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida são todos eles valores constantes em 31 de dezembro de 2011.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

- A sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2011.
- Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2011 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.
- Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos e/ou resgates de aplicações.
- As informações sobre os indexadores utilizado no cálculo do cenário provável foram obtidas do Boletim Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2011.

Risco de taxas de juros

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

A análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros está abaixo indicada:

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2011 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

		<u>Projeção das Despesas Financeiras - 2011</u>					
<u>Empréstimos</u>	<u>Taxa de Juros</u>	<u>Principal em 31/12/11</u>	<u>Queda de 25%</u>	<u>Queda de 50%</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Aumento de 25%</u>	<u>Aumento de 50%</u>
BNDES	2,58% a.a. + TJLP	(70.721)	(6.718)	(5.658)	(7.779)	(8.840)	(9.901)
		(70.721)	(6.718)	(5.658)	(7.779)	(8.840)	(9.901)
<i>Indexador*</i>	<i>CDI %</i>		7,88%	5,25%	10,50%	13,13%	15,75%
	<i>TJLP %</i>		4,50%	3,00%	6,00%	7,50%	9,00%

* Fonte pesquisa: boletim Focus de 30/12/2011

Em 31 de dezembro de 2011, a análise de sensibilidade do risco de rendimentos de aplicações indica os seguintes valores por cenário:

		<u>Projeção das Receltas Financeiras - 2011</u>					
	<u>Taxa de Remuneração</u>	<u>Saldo em 31/12/11</u>	<u>Queda de 25%</u>	<u>Queda de 50%</u>	<u>Base Case</u>	<u>Aumento de 25%</u>	<u>Aumento de 50%</u>
Banco Bradesco	100% do CDI	8.401	662	441	882	1103	1323
		8.401	662	441	882	1.103	1.323
<i>Indexador*</i>	<i>CDI %</i>		7,88%	5,25%	10,50%	13,13%	15,75%

* Fonte pesquisa: boletim Focus de 30/12/2011

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.